

Política

CONSTITUINTE

“Queríamos manter a independência entre os poderes”

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

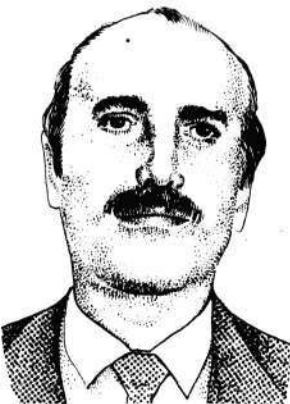
Nem mesmo os argumentos levantados pelos constituintes mais idosos — os senadores Luiz Viana, Nelson Carneiro e Afonso Arinos —, de que o sistema presidencialista é em essência concentrador de poder e restringe a participação popular, foram suficientes para que o plenário não se sensibilizasse mais com aquele defendido pelos presidencialistas: o de que o povo quer eleger o presidente da República.

Os defensores da aprovação da emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, Vivaldo Barbosa, Maurílio Ferreira Lima e Wladimir Palmeira, enfatizaram em seus discursos que esse sistema foi o responsável pelo desenvolvimento do País nos últimos sessenta anos. “Foi o presidencialismo que assegurou os grandes avanços econômicos e sociais ao povo brasileiro, a partir do grande talento de estadista de Getúlio Vargas, que nos garantiu o monopólio estatal do petróleo e a Petrobrás, e assegurou a legislação trabalhista aos operários. A Juscelino Kubitschek, que com sua ação dinâmica e corajosa fez a ocupação do Centro-Oeste”, afirmou da tribuna o senador Humberto Lucena.

A idéia de que o parlamentarismo existente no Império trouxe estabilidade ao País foi considerada, pelo deputado Vivaldo Barbosa, uma visão “histórica das elites”, “um pensamento conservador que quer esconder as atrocidades que se cometeram no Império”.

Vivaldo Barbosa afirmou que o presidencialismo tem como essência a escolha pelo povo de seu presidente e a independência dos poderes Legislativo e Judiciário e era isso que se estava querendo manter.

Em seu discurso, o senador Luiz Viana leu um antigo pronunciamento de Lucena, no qual o senador, então como deputado federal, criticava o presidencialismo.



Vivaldo Barbosa

Para o senador, ontem, seria o dia em que, ao aprovar o parlamentarismo, a Constituinte estaria “virando a página negra da história, e se fazendo um governo de união nacional”.

Também pregou a união o senador Afonso Arinos. Afirmou estar numa posição psicológica que permitia, dada “a sua experiência”, uma reflexão serena, fraterna e desinteressada, pedia “aos correligionários e principalmente aos constituintes mais jovens que meditassem sobre o destino do País e a perspectiva que se abria diante da possibilidade de se aprovar o parlamentarismo — um sistema moderno.

“O confronto de idéias suscita o de facção, que sucede ao da multidão que traz o naufrágio de uma parte da sociedade”.

“Senti, no coração que a atmosfera do confronto não parte de nós. Queremos convergência. O confronto vem de quem interpreta mal o nosso pensamento.”

O senador disse estar espantado com as manifestações do presidente José Sarney, “este sim com uma posição de confronto”. Já o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) afirmou: “A aprovação da emenda presidencialista levará à cova rasa os anseios do povo brasileiro e fará dobrarem sinos nas exéquias da federação”. Com isso, encerrou o seu pronunciamento, sob vaia dos presidencialistas.

Presidencialismo vence com 344 votos

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Está definido. O sistema de governo no Brasil é o presidencialismo. A decisão foi tomada ontem pela Assembleia Constituinte que aprovou por 344 votos contra 212 e três abstenções a emenda encabeçada pelo senador Humberto Lucena, que propõe esse sistema.

Como previu o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, no dia anterior, foi uma tarde histórica: pela primeira vez desde a instalação da Assembleia votaram todos os 559 constituintes.

Com o quórum um pouco mais reduzido — 530 —, os constituintes também fixaram em cinco anos o mandato para os futuros presidentes da República. Por 304 votos contra 223 e apenas três abstenções foi mantido o texto da emenda presidencialista que o deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) queria ver derubado através de um pedido para votação em separado da matéria.

Essa decisão inviabilizou a antecipação da discussão sobre o mandato do presidente José Sarney, que somente será apreciado na votação das disposições

transitórias do projeto constitucional.

ALTERNATIVAS Se a parte da emenda que se refere ao mandato presidencial tivesse sido retirada do texto, seriam colocadas em votação as emendas que propõem quatro anos de mandato, entre elas as dos senadores Mário Covas (PMDB-SP) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) — esta última dava direito à reeleição. Embora não se referissem especificamente ao mandato do presidente Sarney, as emendas, se aprovadas, colocariam por terra um dos principais argu-

mentos utilizados pelo governo na defesa da manutenção dos cinco anos que é a discriminação que seria feita ao atual presidente.

Com a manutenção do texto da emenda, o presidente da Constituinte considerou prejudicadas as emendas que se contrapõem ao texto aprovado.

A emenda presidencialista foi defendida da tribuna pelo senador Humberto Lucena e os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Wladimir Palmeira (PT-RJ). Contra se manifestaram os senadores Nelson Carneiro, Jo-

sé Fogaça, Afonso Arinos e Luís Viana. Durante os oito pronunciamentos o plenário se manifestou ora aplaudindo, ora pedindo o fim do discurso.

ABERTURA Muito aplaudida foi também a aprovação da única emenda popular que chegou ao plenário. Pela primeira vez será permitido à sociedade civil elaborar projetos de leis complementares e ordinárias. A emenda, aprovada por 312 votos contra 139 e 22 abstenções, mantém a iniciativa das leis aos parlamentares, ao presidente da República e aos tribunais supe-

riores. A iniciativa popular pode ser exercida com a apresentação de projeto de lei à Câmara subscrito por no mínimo 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos em cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

Abaixo a lista de como votaram os constituintes no sistema de governo. O voto sim aprovava a emenda, o não rejeitava e a abstenção representa a postura indefinida do constituinte sobre a matéria, com exceção de Ulysses Guimarães, que, como presidente da Constituinte, sistematicamente se abstém nas votações:

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Table with 5 columns of names and 2 columns of 'sim' or 'não' votes. Includes names like Abigail Feitosa, Carlos Virgílio, Gabriel Guerreiro, José Camargo, Márcio Covas, Raimundo Lira, etc.

fury auc

17ª Feira da Mecânica Nacional 21 a 27 de março - Parque Anhembi S.P. Mangels São Bernardo Empresa 100% Brasileira